

Política linguística para internacionalização do ensino superior



Documento do GT de Políticas Linguísticas para Internacionalização

Novembro 2017

Equipe responsável:

Redação:

Denise Abreu-e-Lima
Eliane Segati Rios-Registro
Heloisa Delgado
Katia Moraes
Kyria Finardi
Pilar Traverso
Renata Archanjo
Simone Sarmento
Sonia Bierbrauer
Telma Gimenez

Leitura crítica:

Ana Luiza Pires de Freitas
Beatriz G. Rodrigues
Maria Elizabete Santiago
Paula Tavares Pinto
Ruberval Franco Maciel
Waldenor Moraes

SUMÁRIO

1. Introdução

2. O que é Internacionalização

3. O que é Política Linguística

4. Quais línguas fazem parte da internacionalização

5. Dimensões do uso das línguas na instituição

6. Plano de ação da política linguística para a internacionalização

7. Metas e Perguntas Norteadoras

8. Conclusão e Resumo das Ações

9. Termos-chave

10. Leituras adicionais

11. Referências

1. INTRODUÇÃO

A FAUBAI, ciente da importância que as línguas vêm assumindo na concretização de uma internacionalização mais inclusiva e possível, criou, em encontro realizado em Porto Alegre, em abril de 2017, um Grupo de Trabalho (GT) sobre Políticas Linguísticas para Internacionalização. Composto por assessores de relações internacionais (RIs) e pesquisadores ligados à área de Linguística Aplicada, o GT tem objetivo de elaborar sugestões norteadoras para a política linguística de internacionalização do ensino superior das instituições brasileiras.

As diretrizes aqui apresentadas servem como um documento orientador e visam a subsidiar o setor de Relações Internacionais das instituições associadas para conscientizar, orientar e auxiliar no desenho e implementação de uma política linguística que faça jus aos anseios de internacionalização das comunidades acadêmicas, respeitando a autonomia na decisão das línguas que farão parte de cada realidade.

Esperamos que o documento proporcione espaços para explicitação das demandas e necessidades de cada instituição, em vista dos objetivos estratégicos particulares e, principalmente, que sinalize as implicações das escolhas feitas.

2. O QUE É INTERNACIONALIZAÇÃO

Compreendemos internacionalização como o processo motivado de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global nos objetivos, funções e ações da educação superior, a fim de melhorar o ensino e a pesquisa da comunidade universitária e trazer contribuições significativas para a sociedade (de Witt, 2014).

Em se tratando de um processo que tem objetivos institucionais diversos, que serve a vários propósitos e que, portanto, desencadeia uma multiplicidade de ações, a internacionalização de uma instituição de ensino superior (IES) não se resume a ações pontuais, como a assinatura de Acordos Institucionais e a Mobilidade Internacional de docentes e discentes. Internacionalização tampouco se resume a adotar uma língua estrangeira, contemporaneamente referida como língua adicional, sobretudo se for uma única língua, como meio de instrução, de produção e de divulgação do conhecimento científico produzido, independentemente de qual seja essa língua.

Para tornar a internacionalização uma prática mais inclusiva, como já anteriormente sinalizado, deve-se considerar medidas de internacionalização em casa (Crowther *et al.*, 2000), envolvendo a dimensão intercultural e internacional nos processos de ensino e aprendizagem, currículos e programas, pesquisas, atividades extracurriculares, relações com as culturas locais e grupo étnicos e a integração de alunos e docentes estrangeiros na vida acadêmica local (Knight, 2008, p. 22-23). Neste caso, há que se mencionar a importância de também oportunizar experiências de aprendizagem da língua portuguesa do Brasil e da cultura brasileira, como importantes elementos integradores dos estrangeiros às comunidades locais.

A internacionalização, portanto, deixa de ser uma série de atividades pouco relacionadas entre si para assumir uma posição estratégica e transversal, com vistas a aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitárias de forma integrada, considerando as relações entre o local e o global. Para tanto, a proposição de uma política linguística é fundamental, uma vez que a comunicação é elemento indispensável nesse processo e na missão das IES brasileiras.

3. O QUE É POLÍTICA LINGUÍSTICA

Entendemos política linguística como a tentativa sistemática, deliberada e teoricamente informada de solucionar problemas de comunicação de uma comunidade por meio do estudo de várias línguas ou dialetos adotados localmente, além do desenvolvimento de uma política de seleção e uso dessas línguas (Wiley; Garcia, 2016). A política linguística está diretamente vinculada ao planejamento linguístico, razão pela qual é importante tê-la como parte dos planos de internacionalização.

Na definição de estratégias de internacionalização, as línguas a serem adotadas e incentivadas terão repercussões tanto sobre os processos de internacionalização em si quanto sobre identidades e relações entre diferentes grupos. As línguas de internacionalização trazem efeitos sobre participação, poder, acesso ao conhecimento, assim como sobre bens culturais e afetam o equilíbrio entre parceiros, determinando, em muitos casos, uma internacionalização mais ativa ou passiva (Lima & Maranhão, 2009).

Importante indicar que as recomendações deste documento referem-se apenas a políticas linguísticas para internacionalização do ensino superior, as quais são parte de políticas mais abrangentes, compreendendo, por exemplo, as línguas de herança, as línguas indígenas e LIBRAS, que formam um mosaico de multilinguismo.

4. QUAIS LÍNGUAS FAZEM PARTE DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO?

Considerando um processo de internacionalização inclusivo, este documento propõe orientações que possam contemplar a diversidade e as especificidades das diferentes áreas do conhecimento, assim como as diferentes línguas que contribuem para o alcance dos propósitos a elas atribuídos. Nesse sentido, é fundamental que as equipes das universidades considerem uma visão plural e inclusiva das línguas na política linguística de internacionalização.

Conforme nos mostrou o programa “*Ciência sem Fronteiras*”, para que as trocas acadêmicas, científicas, tecnológicas e culturais aconteçam, é essencial considerar a mediação pelas línguas adicionais, e o papel do conhecimento dessas na produção e disseminação da ciência, tecnologia e culturas.

Nas IES, a definição de políticas linguísticas revela-se uma prática de gestão importante, na medida em que especifica o modelo de internacionalização a ser adotado em função de prioridades, objetivos e metas e estabelece as línguas que poderão ser mediadoras das práticas de internacionalização. Ou seja, de acordo com os **objetivos estratégicos delineados por cada IES**, poderão ser definidas quais línguas serão privilegiadas e/ou contempladas na política linguística institucional para internacionalização. **Vale ressaltar que tais objetivos devem ser construídos de forma coletiva, a partir do que cada comunidade acadêmica entenda em termos de internacionalização, respeitando-se o contexto específico em que as instituições estão inseridas.**

Sabemos, por exemplo, que o Inglês tem se firmado como a língua mais frequentemente atrelada à comunicação científica e que, em muitas áreas do conhecimento, ela é indispensável para que se possa integrar a comunidade global de pesquisadores. Assim, saber Inglês amplia as possibilidades de interlocução com falantes de outras línguas, por se constituir como língua franca da universidade internacional (Jenkins, 2013). No entanto, consideramos fundamental reconhecer outras possibilidades de internacionalização que dependem também de outras línguas adicionais. Deste modo, pensamos que **é fundamental considerar sempre, no planejamento e na execução das ações de internacionalização, as questões linguísticas a partir dos interesses específicos apresentados pelas comunidades acadêmicas.**

Além de inclusiva, entendemos que a internacionalização deve ser simétrica, proporcionando difusão de conhecimentos e práticas culturais tanto no sentido Norte-Sul quanto Sul-Sul. Em quaisquer dos casos, as línguas locais não podem ser ignoradas. Em se tratando do Brasil, por exemplo, a língua portuguesa tem um papel importante, pois mesmo que passemos a ofertar cursos em outras línguas adicionais como, por exemplo, em Inglês, os atores envolvidos em programas de mobilidade em nosso país se beneficiarão da comunicação em língua portuguesa. Neste caso, a adoção da língua lhes possibilita se beneficiarem não só da experiência acadêmica, mas também da vivência intercultural proporcionada pelo contato com falantes da língua majoritária do Brasil.

Vale lembrar, também, que o Brasil conta com um teste de proficiência oficial, o CELPE-BRAS, idealizado, desenvolvido e apoiado por especialistas da área, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O CELPE-BRAS é o teste de proficiência oficial do Brasil, colocando-nos de forma igualitária com outros países que possuem testes de proficiência para os seus idiomas. Ao se desenhar a política linguística, é fundamental que se tenha claro que aprender idiomas implica

comunicar-se apropriadamente em contextos específicos, levando-se em conta os aspectos culturais.

Por esses motivos, as políticas de internacionalização precisam refletir também sobre as políticas linguísticas, de modo a obter efeito sinérgico nos resultados pretendidos. Da mesma forma, quando acadêmicos forem participar de programas de mobilidade em que a língua de instrução seja o Inglês, mas que a língua do país seja outra, por exemplo, o japonês, os participantes devem ser estimulados a ter um conhecimento dessa língua, ainda que básico, de forma a desfrutar da vivência intercultural de forma plena.

5. DIMENSÕES DO USO DAS LÍNGUAS NA INSTITUIÇÃO

Na elaboração dos planos para implementação das ações derivadas da política linguística institucional para a internacionalização, será preciso levar em conta o planejamento estratégico de cada instituição e as respectivas recomendações. Estas recomendações deverão ser consideradas nas decisões sobre as políticas de *status* nas IES, a depender das áreas de conhecimento e dos parceiros envolvidos.

A seguir são apresentadas seis dimensões do uso de língua na instituição, quais sejam: línguas de admissão, línguas ensinadas, línguas usadas como meio de instrução, línguas usadas na administração, línguas de comunicação e línguas de produção e disseminação do conhecimento. Para cada dimensão, propomos perguntas para ajudar a nortear o mapeamento da situação da instituição e auxiliar no desenho de sua política linguística:

Línguas de admissão acadêmica:

- Quais línguas são consideradas para admissão em cursos de graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu*? Há diferenças entre esses níveis?
- Quem são os tomadores de decisões a esse respeito?
- Qual a pontuação necessária para ser admitido em tais cursos?
- Que tipos de provas são aplicadas? Essas têm validade internacional ou institucional somente? Caso seja institucional, como os parâmetros desses testes dialogam com padrões reconhecidos internacionalmente?

Línguas ensinadas:

- Há Curso de Letras na instituição e especialistas na área? Se sim, há oferta de cursos/programas de extensão ou disciplinas regulares para os outros cursos, como optativas, eletivas ou obrigatórias? Em quais línguas?
- Há Centro de Línguas na universidade? Se sim, quais idiomas são ensinados e como foram definidos? Em que níveis? Há cobrança de taxas?
- Qual a política de atendimento; i.e., há grupos prioritários para atendimento (e.g.: alunos de pós-graduação de cursos avaliados pela CAPES com notas 5-7)?
- Quais os percentuais de vagas gratuitas e pagas?
- A Universidade é credenciada no Programa Idiomas sem Fronteiras? Caso tenha um NuLi IsF, quais línguas são ofertadas e para quais níveis?
- Qual o nível de articulação entre a oferta de cursos do NuLi, do Centro de Línguas e/ou de outro Programa de apoio linguístico, caso exista(m)?
- Que tipo de incentivo à comunidade universitária a instituição dá para que a comunidade universitária (inclusive servidores técnico-administrativos) participe de cursos de/ou em línguas adicionais?

Línguas usadas como meio de instrução:

- Há oferta de disciplinas específicas em outra língua? Se sim, em quais? Em quais áreas? Qual a periodicidade? Para quais públicos?
- Como e por quem as línguas são definidas/escolhidas para a oferta das disciplinas?
- Há garantia de oferta dessas disciplinas em Português também? Se sim, com qual frequência?
- Como a comunidade tem conhecimento e acesso a este tipo de oferta? Por qual mídia é socializada esta ação?
- Que tipo de incentivo aos professores a instituição dá para que as disciplinas sejam ofertadas?
- Que tipo de incentivo a instituição dá aos alunos para que eles participem?
- Essas práticas estão normatizadas institucionalmente?

Línguas usadas na administração

- É solicitada a tradução de documentos? Para quais línguas? (Importante levar em conta a resolução do CNE - #3, de 22 de junho de 2016 - que indica que não devem ser solicitadas traduções dos idiomas inglês, francês e espanhol para documentos de revalidação de diplomas da universidade);

- A quais setores da Universidade os documentos em línguas estrangeiras são veiculados? Qual o nível de capacitação as equipes administrativa e de gestores têm para lidar com eles?
- Qual(is) língua(s) são usadas para atender o público em geral (principalmente para visitantes) e em quais setores?
- Quais os níveis de exigência para entrega dos documentos oficiais com relação às línguas? Quais línguas são aceitas? Quais os níveis de proficiência exigidos?

Línguas de comunicação

- Quais idiomas são utilizados regularmente para comunicação geral da instituição?
- As páginas web da instituição estão disponíveis em outras línguas? Quais?
- Quais línguas são usadas na divulgação de oportunidades de mobilidade ou de cooperação internacional?

Línguas de produção e disseminação do conhecimento

- Em quais línguas os trabalhos de cursos de graduação e de pós-graduação são aceitos?
- Em quais línguas os trabalhos podem ser apresentados em eventos organizados localmente?
- Em quais línguas as aulas podem ser ministradas?
- Em que situações é indispensável ter conhecimento de línguas estrangeiras?

Ao responder a essas perguntas, a equipe responsável pela política linguística da universidade pode ter uma ideia das dimensões em que os diferentes idiomas são utilizados. Além do desenho deste perfil, a política linguística da instituição precisa incluir avaliação de processo e de resultados, de maneira cíclica e constante. É fundamental que a instituição saiba se sua comunidade está buscando ser mais proficiente em línguas estrangeiras e o impacto que deseja ter ou o tipo de resultado que almeja alcançar.

Igualmente, será preciso considerar como a instituição poderá avançar nesse quesito, identificando áreas de pesquisa ou recursos necessários para isso, especialmente em relação à formação e qualificação do pessoal responsável pela oferta de cursos de línguas estrangeiras.

A instituição deve definir quais indicadores irá utilizar para medir o sucesso das ações implementadas. Esses indicadores poderão demonstrar o impacto do conhecimento de línguas estrangeiras no processo de internacionalização, bem como demonstrar que tipo de valorização institucional é dada para o conhecimento de línguas. Pode-se contabilizar,

por exemplo, o número de artigos publicados e o número de aulas ministradas em outros idiomas, eventos realizados em diferentes línguas, número de pessoas capacitadas pelos cursos ofertados pela IES e níveis de proficiência atingidos pela comunidade, entre outros.

6. PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Para o desenho de uma política linguística, sugere-se que a instituição se organize considerando as duas estruturas apresentadas a seguir:

- **Estrutura de Governança**

A estrutura de governança diz respeito à equipe que poderá desenhar a política linguística, bem como auxiliar na implementação e avaliação das atividades. As estruturas de governança devem incluir representante(s) dos escritórios de Relações Internacionais, representante(s) das pró-reitorias acadêmicas, representantes especialistas das línguas estrangeiras que se queira incluir e representantes dirigentes do Centro de Línguas, do NuLi IsF (se houver) e de outros Programas de apoio linguístico da IES. Essas estruturas de governança, cada uma dentro de seu escopo de atuação, seriam responsáveis por propor as políticas linguísticas para serem aprovadas institucionalmente, além de acompanhá-las, avaliá-las e reformulá-las sempre que necessário.

- **Estrutura Documental**

A estrutura documental envolve tanto o documento oficial da instituição com a política linguística aprovada pelo seu respectivo Conselho Superior que esteja alinhada à política internacional do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, bem como o plano de ação da gestão para os próximos anos.

- **Política Linguística:** o documento pode incluir tudo o que a instituição deseja valorizar e investir nos próximos anos para permitir que a internacionalização aconteça. Vale lembrar que a política linguística pode apresentar objetivos mais amplos que a internacionalização, como, por exemplo, incluir a política para uso da língua de sinais do Brasil (LIBRAS), línguas indígenas e o português como língua materna.
- **Plano de Aplicação e Indicadores:** o documento deve indicar como os pontos da política linguística serão acompanhados e avaliados, bem como quais indicadores serão utilizados para avaliação da implementação das ações e dos resultados alcançados.

7. METAS E PERGUNTAS NORTEADORAS

Considerando que as políticas linguísticas devem se refletir nas ações voltadas para a internacionalização da IES, sugerimos, a seguir, algumas metas, ações e perguntas norteadoras. O objetivo das perguntas é auxiliar no dimensionamento das ações sem torná-las prescritivas, uma vez que cada instituição deve respeitar seu próprio contexto, isto é, sua regionalidade, vocação e estruturas para o desenvolvimento das ações.

META 1: *Criar, ampliar e alinhar o espectro de línguas estrangeiras consideradas nas políticas linguísticas para internacionalização das IES nas seis dimensões, a saber: línguas de admissão, línguas ensinadas, línguas usadas como meio de instrução, línguas usadas na administração, línguas de comunicação, línguas de produção e disseminação do conhecimento.*

PERGUNTAS NORTEADORAS:

- Como os idiomas podem fazer parte do processo de admissão acadêmica nos diversos editais da instituição (graduação, pós-graduação, extensão)?
- Quais tipos de testes serão utilizados e formalmente reconhecidos pelos diferentes setores da instituição?
- Quais idiomas poderão ser ofertados para a instituição e com qual suporte?
- Como dar acesso à comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos-administrativos) em todos os campi?
- Como serão atendidos e acompanhados os estrangeiros na instituição? Que tipo de oferta de português para estrangeiros será realizada? Qual o suporte para tais ações?
- Como será difundido na instituição o teste escolhido para avaliar a proficiência de português como língua estrangeira?
- Como esse teste ou o CELPE-BRAS será usado em relação a diferentes acordos com países e questões de bilateralidade?
- Como a comunidade poderá ter acesso a cursos que sejam veiculados em outros idiomas?
- Como a comunidade internacional tem acesso a essas informações?

META 2: *Definir e prover as condições de funcionamento para as ações previstas*

- Quais docentes estarão envolvidos com a oferta desses cursos?
- Quantos docentes especialistas em idiomas pertencem ao quadro da instituição? Como será feita a formação continuada desses profissionais?
- Há alguma estrutura de formação inicial, junto aos Cursos de Letras de diferentes idiomas, ou formação continuada, para graduados que se mantêm nas cidades dos campi, que possa auxiliar neste processo?
- Que tipo de articulação poderá ser feita com as ofertas já em vigor na instituição? Como elas podem estar integradas? (Centros de Línguas, NuCLis e/ou programas/cursos de extensão ofertados pela instituição)
- Que tipo de bolsas a instituição pode oferecer para os professores em formação e para os coordenadores/orientadores? Que estímulo será dado para esta participação? Qual valorização poderá ser dada a este profissional?
- Como será dado o reconhecimento das atividades realizadas em outros idiomas, tanto para quem oferta como para quem participa?
- Em quais modalidades serão ofertadas as disciplinas e cursos? Se utilizada a modalidade a distância, qual o suporte operacional que o setor de EaD dará para a equipe de especialistas?
- Qual o espaço físico destinado para as ações? Como serão operacionalizadas as ofertas?
- Como será realizado o sistema de inscrição para as ações? Qual o suporte operacional/técnico para permitir que a comunidade tenha acesso às ofertas?
- Como a comunidade acadêmica será nivelada? Quais instrumentos serão utilizados para cada idioma? É viável para a instituição adquirir esses instrumentos? Eles serão gratuitos para a comunidade?
- Quais testes de proficiência poderão ser aplicados para a comunidade acadêmica, considerando a limitação de acesso a alguns testes e centros aplicadores oficiais?

META 3: Garantir a sustentabilidade das ações previstas a longo prazo

- Que indicadores permitirão avaliar os resultados obtidos para garantir a manutenção das ações propostas? Qual setor será responsável pelo delineamento de tais indicadores?
- Com que frequência serão avaliados os resultados e como serão organizadas as ações de governança da política linguística?
- Como serão garantidos o fomento e o suporte logístico e estrutural das ações previstas?

- Quais documentos garantirão que essas ações tenham efeito a longo prazo, haja vista a mudança de gestão de 4 em 4 anos?
- As ações dependerão de investimento interno ou externo? Quais serão as fontes de recursos previstas pela equipe de governança?
- Quais atividades serão gratuitas e quais serão pagas? Caso envolva pagamento, qual a base legal para isso e como se garantirá o acesso à comunidade de baixa renda?

8. CONCLUSÃO E RESUMO DE AÇÕES

Este guia tem como objetivo orientar e dar diretrizes macro para o desenho de uma política linguística que faça sentido para a instituição e para a comunidade em que se insere, atendendo a demandas internas e externas (de parceiros internacionais). Além das orientações gerais, foram apresentadas várias perguntas para auxiliar na implementação de ações, pois as respostas poderão demonstrar como a equipe quer que tais ações sejam organizadas a partir de seus contextos.

Entretanto, vale apontar que, para que a instituição realmente se internacionalize, é fundamental ter em vista que algumas ações serão a base para que qualquer projeto seja bem-sucedido:

- Ter uma estrutura de governança envolvendo os principais atores;
- Ter indicadores para avaliar o processo;
- Ter uma equipe de especialistas para dar suporte ao processo e retroalimentar a universidade com boas práticas;
- Ofertar cursos de forma consistente para que a comunidade tenha conhecimento e acesso às ações;
- Ofertar cursos de forma consistente de português como língua estrangeira, para permitir que a comunidade internacional possa ser integrada à comunidade local da instituição;
- Reconhecer as ações investidas em língua estrangeira, tanto para quem oferta como para quem participa, seja com reconhecimento de créditos, liberação de carga didática, pontos na promoção na carreira, requisitos para concessão e renovação de bolsas na instituição, entre tantos outros tipos de reconhecimento que podem demonstrar para a comunidade que a instituição valoriza o tempo investido no aprendizado em línguas adicionais com foco na internacionalização.

9. TERMOS-CHAVE

Falante nativo

Conceito empregado na área de Linguística para se referir aos indivíduos que adquiriram uma língua como seu primeiro idioma, também chamado de idioma materno. No ensino de línguas, é comum referir-se ao falante nativo como modelo a ser seguido, porém, é preciso considerar que muitos fatores contribuem para a competência linguística, inclusive nível educacional. Assim, alguns preferem referir-se a falantes proficientes, ao invés de falantes nativos.

Interculturalidade

Quando uma ou mais culturas interagem em uma relação horizontal marcada pela busca de simetrias, sem que um grupo se considere superior ao outro, o que implica respeito à diversidade e às diferenças culturais.

Línguas para fins específicos

As línguas podem ser ensinadas para fins gerais ou específicos. Quando o ensino leva em consideração os usos que os aprendizes farão da língua estrangeira seja em relação ao vocabulário ou às habilidades (e.g. escrita acadêmica) necessárias, dizemos que esse ensino é para fins específicos.

Língua adicional

O termo língua adicional tem sido mais recentemente empregado no lugar de língua estrangeira, para endossar a ideia de que algumas línguas podem fazer parte do cotidiano dos estudantes, e para aportar a noção de que a aprendizagem das mesmas representa um acréscimo aos outros repertórios linguísticos que os aprendizes já possuem ao invés de algo distante ou estrangeiro.

Línguas de instrução

Língua usada para ensinar um conteúdo qualquer, por exemplo, o ensino de um conteúdo de física em Inglês ou em qualquer outra língua adicional.

Proficiência linguística

É o conhecimento ou competência que indivíduos têm para usar uma língua de modo geral ou em contextos específicos. Neste sentido, a proficiência linguística não é absoluta, porém relativa, i.e. dependente das situações comunicativas nas quais os indivíduos se encontram. Exames de proficiência buscam avaliar essa proficiência (e.g. TOEFL, IELTS, DELE, etc).

Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas

Como parte dos esforços de unificação da União Europeia, o Conselho da Europa elaborou diretrizes para descrever o desempenho de aprendizes de línguas estrangeiras em todo aquele continente e, cada vez mais, em outros países. Essas diretrizes têm por objetivo nortear abordagens de ensino e avaliação. Os seis níveis de referência estão sendo

amplamente aceitos como o padrão europeu para classificar a proficiência linguística de um indivíduo. Os níveis são identificados como A1, A2 (usuário básico), B1, B2 (usuário independente) e C1, C2 (usuário proficiente). Tem sido comum a adoção desses parâmetros para julgar os níveis de proficiência de aprendizes no Brasil, para efeito de comparação de resultados de testes. Exemplos dessas comparações entre testes podem ser vistos em

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadro_Europeu_Comum_de_Refer%C3%Aancia_para_L%C3%ADnguas>

Teste de nivelamento

É aquele empregado para classificar os estudantes em diferentes níveis de aprendizagem, a fim de colocá-los em grupos mais adequados em relação ao respectivo conhecimento da língua estrangeira em um determinado contexto.

Teste de proficiência

É o teste que mede o quanto um indivíduo consegue realizar com o conhecimento que tem da língua em uma ampla gama de contextos. Geralmente são mais complexos que testes de suficiência, em que apenas algumas habilidades parciais (ex: compreensão leitora) são medidas. Alguns testes de proficiência possuem validade internacional, ou seja, seus resultados são reconhecidos por instituições em diferentes partes do mundo.

10. LEITURAS ADICIONAIS

De Wit, H. (2013). Reconsidering the Concept of Internationalization. *International Higher Education*, n. 70, p. 6-7. Disponível em <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/issue/view/853>>

de Wit, H. (2017) Global: Internationalization of Higher Education: Nine Misconceptions In: G. Mihut, P. G. Altbach and H. de Wit (Eds.) *Understanding Higher Education Internationalization Insights from Key Global Publications*. Amsterdam: Sense Publishers. Disponível em <<https://www.sensepublishers.com/media/3322-understanding-higher-education-internationalization.pdf>>.

Graddol, D. (2006) *English Next*. London: British Council. Disponível em <<https://englishagenda.britishcouncil.org/sites/default/files/attachments/books-english-next.pdf>>

Hudzik, J. K. (2012) *Comprehensive Internationalization, From Concept to Action*. Executive Summary. NAFSA: Association of International Educators.

Knight, J. (2004) Internationalization remodeled: Definitions, rationales, and approaches. *Journal of Studies in International Education*, 8 (1), 5–31. doi: 10.1177/1028315303260832

Luna, J. M. F. (2016) (Org.). *Internacionalização do currículo: educação, interculturalidade, cidadania global*. Campinas: Pontes Editores.

Macaro, E. (2015). English Medium Instruction: Time to start asking some difficult questions. *The Modern English Teacher*, v.24, n.2, p. 4-7.

Mihut, G. et al. (2017) (Eds.). *Understanding Higher Education Internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers.

Ricento, T. (2015) “English”, the global lingua franca? In: T. Ricento. (ed) *Language policy & Political Economy – English in a global context*. Oxford: OUP, p. 276-304.

Stallivieri, L. (2017) *Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas*. Curitiba: Appris Editora.

Tollefson, J.W. (1999) Language ideology and language education. *Language & Development Conference Series*. Retrieved from <<http://www.langdevconferences.org/publications/1999-HanoiVietnam/1-4%20Language%20Ideology%20and%20Language%20Education-James%20W%20Tollefson.pdf>>.

11. REFERÊNCIAS

Crowther, P.; Joris, M.; Otten, M.; Nilsson, B., Teekens, H.; Wächter, B. (2000). *Internationalisation at Home. A Position Paper*. Amsterdam: The European Association for International Education (EAIE).

de Wit, H. (2014) The different faces and phases of internationalisation of higher education. In: A. Maldonado-Maldonato, R. Basset (eds) *The Forefront of International Higher Education: A festschrift in honor of Philip G. Altbach*. (pp. 95-106) New York: Springer.

Knight, J. (2008) *Higher Education in turmoil: the changing world of internationalization*. Rotterdam: Sense Publishers.

Lima, M. C.; Maranhão, C. M. S. de A. (2009) O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação, Campinas*, v. 14, n.3, p. 583-610.

Jenkins, J. (2013). *English as a lingua franca in the international university: The politics of academic English language policy*. London: Routledge.